



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL

Ata da Sessão Plenária Ordinária nº. 042, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, realizada em 14 de maio de 2015, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul.

1 Aos catorze (14) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), na sede do Conselho de
2 Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, situado na Rua Espírito Santo n. 205, esquina com a
3 Avenida Afonso Pena em Campo Grande- MS, por convocação ordinária prevista no calendário anual e
4 sob a Presidência do Conselheiro Estadual **Oswaldo Abrão de Souza**, presidente do Conselho de
5 Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul, reuniram-se: o Conselheiro Federal **Celso Costa** e os
6 Conselheiros Estaduais: **Ângela Cristina Santos Lins, Carlos Lucas Mali, Dirceu de Oliveira Peters,**
7 **Eymard Cezar Araújo Ferreira, Giovana Dario Sbaraini, Paulo Cesar do Amaral.** Exercem a titularidade,
8 na ausência dos Titulares, os Suplentes de Conselheiros Estaduais: **José Marcos da Fonseca e Ronaldo**
9 **Ferreira Ramos.** Registra-se a presença dos Suplentes de Conselheiro: **Carla Mata, Manoel Inocêncio**
10 **Mendes Carli e Teresinha Rigon.** Presentes, ainda, o Gerente Administrativo e Financeiro, **Cláudio Lisias**
11 **Lucchese;** o Assessor Especial da Presidência, **Luís Eduardo Costa;** o Procurador Jurídico, **Elias Pereira de**
12 **Souza;** a Gerente de Fiscalização **Patrícia de Oliveira Georges,** o Coordenador da Secretaria Geral, **Gill**
13 **Abner Finotti,** e, para secretariar esta Sessão Plenária, a Secretária da Presidência, **Ghislaine Gonçalves.**
14 **EXPEDIENTE: 1. ABERTURA, VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** O presidente
15 **Oswaldo Abrão** verificando a existência de *quórum*, realiza a abertura da Sessão Plenária às 14h10 min.
16 Acolhida a Justificativa apresentada verbalmente pelo Conselheiro Estadual Fabiano Costa, que esteve
17 presente nas reuniões de Comissão, mas devido a compromissos de última hora, não pôde estar
18 presente. **2. HINO NACIONAL:** O Presidente **Oswaldo Abrão**, agradece a presença de todos nesta 42ª
19 Sessão Plenária e os convida para acompanhar a execução do Hino Nacional. **3. LEITURA E APROVAÇÃO**
20 **DA ATA ANTERIOR:** O Presidente **Oswaldo Abrão** informa que a Ata da 41ª Sessão Plenária Ordinária,
21 realizada em 23 de abril de 2015, foi encaminhada por e-mail aos senhores conselheiros. Colocada em
22 discussão, foi aprovada sem ressalvas. **4. APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DE CORRESPONDÊNCIAS.**
23 **4.1 CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** 4.1.1 –Ofício CAUBR 841-2015-COA, solicitando informações da
24 composição e estrutura do CAUMS-prot. 243742/2015; 4.1.2-Ofício Dir. nº 07/15: SINDECOF-MS
25 Seminário de Fiscalização em Rio Grande do Sul, representação sindical- prot. 248745/2015; 4.1.3-Ofício
26 licença conselheiro Ângelo Arruda-Prot. 250153/2015; 4.1.4- Solicitação da Câmara Municipal (Alex do
27 PT) - pedido de vistoria em imóveis- prot,251833/2015; 4.1.5- Ofício IAB/MS 55-2014/2016- solicitação
28 para divulgação de palestra com Ruy Ohtake- “Segunda conversa com arquiteto” –Prot. 253281/2015;
29 4.1.6- Ofício CEC/MS nº 19/2015- Resposta do Ministério das Cidades ao Ofício 703/2015PRESI/CAU/MS.
30 O presidente Oswaldo destaca sobre a última correspondência, e que a mesma se encontra disponível
31 para cópias e que para se conquistar uma cadeira junto ao Ministério das Cidades há a necessidade da
32 criação de uma lei estadual, afim de incluir outros conselhos e/ ou entidades. **4.2 CORRESPONDÊNCIAS**
33 **EXPEDIDAS:** 4.2.1: Ofício n. 724/2015-2017-Informação a COA sobre a estrutura do CAU/MS. **5.**
34 **APRESENTAÇÃO DE COMUNICADOS: (A): PRESIDENTE:** No dia 29 de abril, o presidente **Oswaldo Abrão**
35 esteve na AGESUL, por solicitação do Diretor Executivo, para iniciar conversas de orientação sobre o
36 desenvolvimento de projetos daquele órgão relacionados a concurso público, e para tanto queriam a
37 opinião do CAU. Foi encaminhado uma proposta de discussão por parte deles, mas ainda não ficou
38 decidido, havendo posteriormente nova reunião. Explicou que era uma tradição dos concursos serem
39 organizados pelo IAB. Na medida que obtiver informações deste assunto, fará contato com as entidades
40 de classe, claro se eles acharem pertinente. O conselheiro **Carlos Lucas Mali** acha positivo este encontro
41 e sugere ao presidente que comunique as entidades, em especial ao IAB, pela tradição de organizar os
42 concursos. E convidar algum membro do IAB também. O presidente **Oswaldo Abrão** explica que não foi

43 falar sobre concurso e, sendo solicitado como ouvinte, não se tratava de uma iniciativa do conselho;
44 lembra duma sugestão ao então candidato Reinaldo Azambuja, hoje governador do Estado, que esteve
45 em nossa sede no ano passado e que este era um desejo antigo dos arquitetos. E sendo convidado
46 posteriormente, explicou como tem sido a prática dos concursos. Ainda no dia 04 de maio, recebeu a
47 visita de cordialidade do Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Grande, Vereador Mário César,
48 oportunidade para amadurecer um convênio como os demais realizados com as prefeituras, que na
49 intenção do vereador Mário César, objetiva que os arquitetos, através do CAU, participem na discussão
50 de alguns projetos de lei ligados a função, considerando que a câmara nem sempre dispõe de
51 conhecimento técnico. E nesse sentido, o vereador Mário César informou que deverá haver até
52 concursos com cargos de assessoria técnica, para as diferentes comissões da Câmara. Outra questão
53 colocada nesta reunião foi sobre os impactos da BR 163 no perímetro urbano de Campo Grande, e
54 divide a cidade onde passa. O conselheiro **Ronaldo Ferreira Ramos** contribui que sobre a BR 163 em
55 Dourados, teve uma audiência pública e foi levantado sobre o impacto econômico e social nestas
56 regiões; imagina que aqui na capital será debatido também em audiência pública e acha interessante
57 que o CAUMS faça esta interferência para debater o assunto. O **presidente Osvaldo Abrão** comenta que
58 o vice-presidente Eymard Cezar Araújo Ferreira e a conselheira Giovana Dario Sbaraini também
59 estiveram presentes nesta reunião; comenta ainda que a Câmara possui sessões itinerantes e que há
60 uma proposta de realiza-la aqui em nossa Sede. Solicitou um tempo para que o CAUMS esteja
61 organizado junto com os conselheiros para podermos participar desta sessão pública, construindo
62 argumentos. E isto irá acontecer em um prazo médio, nada imediato e que deseja um termo de
63 convênio bem ajustado, para que a Câmara possa nos informar sobre todos os projetos e processos de
64 Lei. O próximo item é sobre a Câmara Municipal de Dourados que acaba de aprovar a criação de uma
65 vaga para o CAU no Conselho Municipal de Habitação, trabalho desenvolvido pessoalmente pelo
66 conselheiro **Ronaldo Ferreira** junto aos vereadores, e aproveita para parabeniza-lo por esta atitude,
67 lembrando que este é o trabalho esperado dos conselheiros, merecendo todo o apoio e reconhece que
68 este trabalho é muito importante no sentido de trazer representatividade ao conselho, e encerrando,
69 parabeniza-o mais uma vez. O Conselheiro **Lucas Mali** questiona qual é a função do Conselho Municipal
70 de Habitação. Responde o Conselheiro **Ronaldo Ferreira**, que também é função deste conselho, discutir
71 sobre conjuntos habitacionais. O presidente **Osvaldo Abrão** explica que esta articulação depende de
72 diversos trâmites e que o CAUMS dispõe de ótima relação com os prefeitos de municípios do interior.
73 Dia 08 de maio esteve no Seminário da CEF/BR, acompanhando os coordenadores da comissão do
74 CAU/MS, pois este é um assunto que ficou pendente nos três anos anteriores e, portanto, ficou um
75 tanto prejudicada. Afirma ser um segmento importantíssimo que está formando os novos arquitetos.
76 Revela que de seu ponto de vista, foi muito enriquecedor, esclarecendo situações que não havia
77 conhecimento. Destaca que cada comissão faz as discussões necessárias, e por este motivo tem
78 solicitado aos coordenadores que participem destas reuniões nacionais. Seu último comunicado é sobre
79 uma manifestação dos profissionais de Três Lagoas, que têm solicitado a promoção de discussões que
80 afligem a região; comenta que realizou uma reunião extensa, e retornou com o desejo de estruturar
81 uma sede no local, inclusive com um grupo de trabalho. E encerra seus comunicados. **(B) DOS**
82 **COORDENADORES DAS COMISSÕES: - COMISSÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO:** O coordenador da
83 comissão, Conselheiro Estadual **Paulo César Amaral**, informa que possui duas pautas: a primeira é a
84 assinatura de um termo de cooperação técnica entre o conselho e o SICREDI, com intuito de trazer o
85 arquiteto de Mato Grosso do Sul para dentro de uma cooperativa, com taxas especiais, futuramente
86 com financiamento de projetos e materiais; no primeiro momento, este termo foi aprovado pela
87 comissão; solicita ao conselheiro **Eymard Araújo** que esclareça como foi realizado este trâmite que
88 também repassou aos demais uma cópia do mesmo. O conselheiro **Eymard Araújo** explica que este
89 termo tem sido um fomento que veio a nível de CAUBR em trabalhar com cooperativas, mas não vingou
90 no sentido de que o CAU havia proposto e diante deste fato foi realizado uma aproximação com o
91 SICREDI, para constatar quais são os caminhos para os arquitetos trabalharem com cooperativa, onde o
92 SICREDI trouxe uma série de serviços, como já comentado pelo conselheiro **Paulo Amaral**; a nível de
93 crédito pessoal, crédito para reforma no escritório e algumas outras coisas, como crédito de
94 financiamento de projeto, e algumas questões que foram detectadas enquanto se discutia a tabela de
95 honorários, dando aos colegas uma forma mais profissional de trabalho. Este termo, complementa, não
96 traz nenhum ônus para o CAU, apenas aos colegas arquitetos. O conselheiro **Paulo Amaral** apresenta
97 um convite aos colegas da agência do SICREDI que será inaugurada em breve e pontua que será a

98 “agência do CAU”. O presidente **Oswaldo Abrão** explica que o assunto de cooperativa já nasceu há
99 algum tempo atrás, acreditando na capacidade que os arquitetos teriam para construir uma
100 cooperativa, que entendia como possível. Seria uma cooperativa com grande poder, devido ao número
101 de profissionais do Brasil. Mas foi informado a nível de CAU/BR, que as cooperativas são apenas locais, e
102 o projeto de uma cooperativa nacional dos arquitetos não foi adiante. Perante este fato, o Conselheiro
103 Federal Roberto Simon, buscou a UNICREDI, fato comentado anteriormente pelo presidente, para um
104 termo que seria aderido por todos estados, mas aqui não foi adiante. Por isso, ideia foi buscar o SICREDI;
105 recebemos inclusive o gerente e diretor do mesmo para conhecer os produtos ofertados; acredita ainda
106 que é um grande ganho para os arquitetos do estado, principalmente pela assinatura do termo, que
107 provavelmente será formalizado na inauguração da agência nova. O conselheiro **Ronaldo Ferreira**
108 questiona se esta parceria é em nível estadual. O conselheiro **Eymard Araújo** esclarece que sim, em
109 nível regional, abrangendo todo o Mato Grosso do Sul. O conselheiro **Ronaldo Ferreira** questiona se
110 alguma outra cooperativa pode vir a somar nesta parceria, e é explicado novamente pelo conselheiro
111 **Eymard Araújo** que é uma iniciativa nascida do fomento do grupo de trabalho, podendo ser estendida a
112 outras. A iniciativa de um termo de cooperação com o SICREDI é parabenizada pelo conselheiro **Ronaldo**
113 **Ferreira**, destacando que é uma cooperativa em expansão. O conselheiro **Lucas Mali** tem uma dúvida
114 em como será para os arquitetos aderirem a estes benefícios, se será necessário ter conta nesta
115 cooperativa. É respondido afirmativamente, e que para abertura de conta é necessário estar registrado
116 no CAU/MS. O conselheiro **Lucas Mali** questiona quanto às tarifas bancárias; o conselheiro **Eymard**
117 **Araújo** explica que no anexo 1, do documento que foi entregue, estão todas estas tarifas, na página 7. O
118 conselheiro **Paulo Amaral** retoma a palavra e, sobre o segundo assunto pauta desta comissão, é a
119 deliberação das contas do primeiro trimestre do CAU/MS deste ano, que foi aprovada durante a reunião
120 da comissão e se faz necessário a aprovação deste plenário; fazendo a leitura deste documento, que se
121 encontra disponível na secretaria geral para consultas. O presidente **Oswaldo Abrão** explica haver uma
122 resolução do CAU/BR, que solicita que as prestações de contas deveriam ser trimestrais. Então, quando
123 esta prestação de contas vem a plenária, é apenas para homologação, pois já foi auditada pelo CAU/BR.
124 E dessa forma, será colocada em votação na Ordem do Dia da presente sessão. – **COMISSÃO DE**
125 **ENSINO E FORMAÇÃO:** O conselheiro **Ronaldo Ferreira** faz a abertura, pois está na titularidade e
126 repassa a coordenadora adjunta conselheira **Giovana Sbaraini**. A conselheira **Giovana Sbaraini** inicia os
127 comunicados sobre o Seminário da CEF/BR, que foi realizado para alinhar os procedimentos em todos os
128 CAU’UFs com relação ao ingresso dos egressos no CAU e seus registros; temos a resolução, porém,
129 desde a gestão passada esta comissão tem enfrentado problemas do não envio da lista de egressos.
130 Explica os trâmites do recém-formado e as alterações feitas agora. Explica que foi entendido na
131 comissão, em data anterior que, pode ser feito um registro provisório com firma reconhecida e o
132 certificado de conclusão de curso; no seminário foram feitas diversas colocações com relação a este
133 assunto, inclusive sobre falsificações de diplomas em outros estados; sendo assim, a grande importância
134 de os coordenadores de cursos das universidades efetuarem o registro dos egressos no SICCAU. Outro
135 assunto foi sobre registro de estrangeiros, a validação deste diploma, na questão das atribuições. Sendo
136 que está em discussão em todas as CEF’s, e também conversaram sobre a aproximação da CEP, devido
137 ao exercício da profissão. Outro assunto pertinente foi sobre a criação do CAU Acadêmico, com o
138 objetivo de trazer o acadêmico para a realidade de sua profissão. E a base disto tudo é fazer um
139 entendimento principal de ética profissional, e que sejam mais debatidos os valores revistos, pois os
140 estudantes saindo de uma universidade com este entendimento, com certeza o exercício será
141 executado de maneira legal. Reforça a necessidade de promover estes encontros, inicialmente em
142 Campo Grande, e posteriormente nos municípios onde possuem o curso de arquitetura, como Dourados
143 e Três Lagoas. De imediato, a CEF/BR solicitou que com aprovação do Regimento Interno do CAU/MS,
144 que se encontra nas mãos dos conselheiros do CAU/BR para homologação, seja encaminhado a ideia do
145 CAU/Acadêmico, devendo tornar-se uma prática nacional da aproximação dos acadêmicos com o CAU.
146 Claro que, primeiramente, irão discutir dentro da comissão, trazer as ideias a este plenário, e
147 regulamentar. Recorda que este processo já havia sido iniciado em 2013. E no final da reunião foi
148 discutido sobre um parecer que trata do registro de egressos, que se tornará uma deliberação. O
149 **conselheiro Ronaldo Ferreira** complementa que sobre a aproximação das universidades, ele e o
150 conselheiro Fabiano, têm, em Dourados, feito uma aproximação com UNIGRAN, universidade da região,
151 e isto tem surtido efeito. Onde há um acordo de bom relacionamento, mas sugere maior avanço com as
152 demais universidades. O **conselheiro Lucas Mali** pergunta se no CAU/MS está havendo algum atraso na

153 obtenção do registro provisório dos egressos. A **conselheira Giovana Sbaraini** explica que devido a
154 mudanças, e por segurança, esta documentação que está vindo incompleta está sendo devolvida. O
155 **presidente Osvaldo Abrão** diz que o CAU é o único conselho do país que permite que o recém-formado
156 faça seu registro “on-line”, sendo esta uma grande vantagem para as pessoas; para que isto aconteça
157 depende apenas da universidade, onde o coordenador do curso, possui as atribuições para
158 preenchimento no SICCAU, que além do procedimento presencial, que precisa de documentos oficiais,
159 validados. O conselheiro **Ronaldo Ferreira** comenta que durante a construção do CAU/MS houveram
160 casos de falsificação de diplomas, e reforça que a nossa dinâmica de trabalhar com as informações deve
161 fechar estes canais ilegais, para isto não ocorra mais. **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA:** O
162 coordenador da comissão **Eymard Araújo** relata que a comissão se reuniu e que anteriormente, mais
163 exato no dia 13 de abril, esteve no município de Dourados em uma audiência realizada pela comissão,
164 sendo um trabalho bem extenso e com resultado bastante favorável. A comissão possui processos em
165 andamento, e aguarda a Deliberação de n. 01 da comissão, destacando que a mesma, encontra-se com
166 vistas de conselheiro. O coordenador explica que será apresentado na “Ordem do Dia” dois relatórios
167 desta comissão. **COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** A coordenadora conselheira **Giovana**
168 **Sbaraini**, explica que a comissão se reuniu e relata que a pauta foi extensa, no entanto, foi finalizada. O
169 último assunto era relato de processos, sendo 27 relatados. Tem mais de 120 processos a cargo dos
170 conselheiros, pois da gestão passada ainda acumulam 79 processos, que estão tentando finalizar. Foram
171 relatados apenas 08, pois foram detectadas algumas falhas que serão encaminhados a esta presidência
172 para considerações, uma vez que certa insegurança também acometeu os demais colegas. Dentro das
173 questões discutidas, havia dois pedidos da gerência de fiscalização. Um deles é sobre a Resolução 51, se
174 seriam autuados os leigos. Explica que não ocorrerá autuação apenas dos engenheiros, pois houve um
175 entendimento nacional do CAU/BR sobre este assunto; esclarece que o CONFEA possui uma resolução
176 que dá esta atribuição aos engenheiros. O outro assunto é sobre o RRT de cargos e funções, quando um
177 arquiteto tem cargo em órgão público, até onde vai suas atribuições. Explica que será elaborado um
178 ofício as prefeituras de esclarecimento sobre este assunto e uma resposta também ao profissional.
179 Houve um caso de RRT extemporâneo, que foi para distribuição por estava muito complexa e discutiu-se
180 sobre ressarcimento, sendo este parecer negado. Houve o primeiro requerimento de RDA-Registro de
181 Direito Autoral; como ainda não havia sido debatido na comissão, ficou acordado que seja estudado
182 entre os conselheiros a Resolução 67, que trata de direitos autorais, para deliberar sobre este pedido. E
183 a comissão estudará junto a gerência de fiscalização e a assessoria desta presidência, Luís Eduardo, que
184 tem bom contato com as instituições e entidades de classe sobre o registro das funções técnicas para
185 que se abra um espaço de oportunidade de trabalho. Também ficou definido de ser criado um
186 procedimento para análise dos processos da CEP, para maior facilidade dos mesmos. Também relata
187 que com relação aos designers de interiores, onde está no site do CAU/BR, para que o projeto de lei que
188 regulamenta e a profissão seja constituída. A última informação é sobre a criação do grupo de trabalho,
189 ainda com a nomenclatura do regimento antigo, em Chapadão do Sul; eles já estão trabalhando e
190 realizaram duas reuniões após a criação do grupo. E repassa aos colegas a mensagem recebida através
191 da delegada Thays Mylany, onde estão desenvolvendo trabalhos para melhorias do trânsito e inclusive
192 sobre mobilidade urbana. Explica que traz esses relatos para que se justifique a importância das viagens
193 de interiorização do CAU/MS, e da participação dos colegas conselheiros, inclusive do conselheiro
194 federal Celso Costa que já esteve participando anteriormente destas reuniões no interior. O presidente
195 **Osvaldo Abrão** fala sobre a Resolução 51, que foi definido pelo CAU/BR, que não se aplicasse aos
196 engenheiros, mas aos leigos sim. **(C) RELATO DOS CONSELHEIROS: (C/1) CONSELHEIRO FEDERAL:** O
197 conselheiro federal **Celso Costa**, agradece a todos e diz ser um grande prazer estar aqui mais uma vez;
198 que ainda não foi resolvido esta questão da Resolução 51 no CAU/BR e que será discutido na próxima
199 reunião plenária do mesmo. E sobre o novo Regimento Interno do CAU/MS já está a mais de um terço
200 estudado e que há uma grande possibilidade de ser homologado nesta próxima plenária também.
201 Comenta das mudanças surgidas ao longo dos três anos de criação do CAU e que isto dever ser bem
202 avaliado e discutido. Quanto a questão de ensino as visões estão sendo muito distorcidas atualmente,
203 inclusive transparece seu desejo em participar da CEF, mas que havia outros colegas que também
204 possuíam este anseio. Sem mais agradece e diz que tem trabalho efetivamente no CAU/BR para a
205 melhoria do CAU/MS. **(C/2) CONSELHEIROS ESTADUAIS:** Não houveram inscritos. **(D) OUVIDORIA:** Não
206 houve. **(E) GERENTES:** O coordenador da Secretaria Geral, **Gill Abner**, informa que tem um assunto que
207 já vem de longo período, que é o treinamento de conselheiros, e faz um convite aos conselheiros

208 presentes para comparecerem em data posterior a esta, na sexta-feira, às 14h, para contribuição na
209 construção do material, que é um manual para os conselheiros. Esclarece que esse trabalho será uma
210 preparação ao treinamento, pois os conselheiros que têm vivenciado as necessidades dos trabalhos
211 podem apontar os itens a ser destacados. A conselheira **Ângela Lins** explica que não poderá estar
212 presente, justificando sua ausência. O presidente **Oswaldo Abrão** completa o assunto, explicando que
213 este será um laboratório para verificar o conteúdo ideal para um curso oferecido aos conselheiros,
214 inclusive porque já foi solicitado. E a ideia é fazer não apenas para conselheiros, mas também para
215 delegados e diretores. O secretário **Gill Abner** explica que abordarão assuntos como a distribuição da
216 senha do SICCAU, e também os trâmites para outras solicitações de conselheiros. O conselheiro **Lucas**
217 **Mali** também justifica sua ausência, mas se compromete a contribuir posteriormente. **6. ORDEM DO**
218 **DIA: 6.1. DECISÕES “AD REFERENDUM” DO PRESIDENTE: 6.1.1:** Não houve. **6.2. MATÉRIA EM REGIME**
219 **DE URGÊNCIA:** Não houve. **6.3. MATÉRIA TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR:** Não houve. **6.4.**
220 **MATÉRIA PAUTADA PARA A SESSÃO:** Não houve. **6.5. . PEDIDO DE VISTA:** Deliberação CED - Norma do
221 processo ético disciplinar, que está com o conselheiro **José Marcos**. O conselheiro **José Marcos** comenta
222 que esta é primeira Sessão em titularidade na licença temporária do conselheiro **Ângelo Arruda**;
223 referente a deliberação citada, que estabelece normas para os processos éticos, faz a leitura do seu
224 parecer e voto, concluindo que é contrário à deliberação. Após a leitura do parecer, o presidente
225 **Oswaldo Abrão** coloca a matéria em discussão. No entanto, o conselheiro **Eymard Araújo** pede vistas da
226 matéria, sendo suspensa qualquer discussão deste assunto como aduz o regimento. O presidente
227 **Oswaldo Abrão** explica o porquê da suspensão de voto onde o conselheiro **Eymard Araújo** fez uma nova
228 proposição e que a mesma foi para vista do conselheiro novamente. O conselheiro **Dirceu Peters**
229 acredita que não se deva ir para vista novamente, mas como foi o preponente conselheiro **Eymard**
230 **Araújo** que a solicitou pode ser suspensa qualquer discussão. **6.6- PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:** Não
231 houve. **6.7- DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO ORDINÁRIA E ESPECIAL:** Relato da CFA/MS que foi explicado
232 anteriormente sobre a prestação de contas trimestral do CAU/MS, que foi apresentado pelo
233 coordenador da comissão conselheiro **Paulo Amaral**. Trazendo para discussão e homologação, sendo
234 que foi repassado cópia para os colegas conselheiros e lembra que esta prestação já foi auditada pelo
235 CAU/BR. O conselheiro **Dirceu Peters** solicita a palavra e lembra que na sessão anterior, que os
236 documentos fossem encaminhados com antecedência para análise prévia e este não foi encaminhado. O
237 presidente **Oswaldo Abrão** explica que este documento já foi avaliado pela CFA/MS e tem um prazo a ser
238 enviado ao CAU/BR, que é dia 21 de maio. O conselheiro **Dirceu Peters** diz que não irá solicitar pedido
239 de vista, pois este assunto poderá ser aprovado “ad referendum”. Sendo assim o presidente **Oswaldo**
240 **Abrão** coloca em votação, sendo aprovado com a abstenção do conselheiro **Dirceu Peters**, pois o
241 mesmo afirma não conhecer o conteúdo do texto, sendo aprovado pela maioria. **7. ASSUNTOS EXTRA**
242 **PAUTA E DE INTERESSE GERAL: 7.1 RELATO DE PROCESSOS DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA:** Por
243 se tratar de um processo ético, o qual corre em sigilo, o presidente solicita que os funcionários deste
244 conselho se retirem, permanecendo apenas os conselheiros deste, e este relato também não
245 permanece em registro. O próximo relato é o processo de número 078/2012-2014 da CEP/MS realizado
246 pelo conselheiro **Dirceu Peters**, que faz a leitura do documento, este encontra-se disponível na
247 Secretaria Geral para consultas, até mesmo por não ser um processo ético, sendo o relator
248 improcedente aos autos de infração. A conselheira **Giovana Sbaraini** coordenadora da CEP/MS explica
249 que por diversos caso de RRT Extemporâneo, a comissão segue apenas o que as resoluções do CAU/BR
250 determinam sobre ao assunto em pauta. O conselheiro **Lucas Mali** comenta que em várias situações
251 verifica casos semelhantes dentre os processos que estão sobre sua responsabilidade. A conselheira
252 **Ângela Lins** faz um comentário sobre notificações, e solicita vista sobre este processo para
253 contribuições, sendo autorizada pela presidente **Oswaldo Abrão**. O conselheiro **Ronaldo Ferreira**
254 complementa que durante a ação fiscalizatório em Dourados/MS em algumas situações em não
255 havendo um responsável técnico era realizado contato com o proprietário do imóvel parra regularização
256 de obras. O procurador jurídico Elias observa que deve ser analisado alguns detalhes durante a análise
257 deste processo. **8. PALAVRA LIVRE:** o conselheiro **Lucas Mali** é o primeiro inscrito e questiona sobre
258 uma minuta recebida do CEAU, não compreendendo qual a ação a ser procedida. O segundo
259 questionamento é sobre os trâmites da aquisição da sede do CAU e o terceiro questionamento é que
260 neste final de semana recebeu um e-mail a respeito de um concurso para arquitetos e outros cargos do
261 Exército Brasileiro, gostaria de saber a origem. O presidente **Oswaldo Abrão** explica que o assessor de
262 comunicação do CAU/MS recebe capta informações de outros sites, tendo não recebido nada oficial a

263 respeito deste concurso. Quanto ao CEAU, foi decidido na sessão anterior, que com aguardo da
 264 homologação do Regimento Interno do CAU/MS, já que o CEAU já está criado, seria enviado uma minuta
 265 de regimento para que todos fizessem suas contribuições e sugestões, sendo que ninguém enviou
 266 alguma sugestão. Lembra que este documento foi produzido com exemplos de outros estados e que
 267 pode ser posteriormente alterado. E se for o caso, aprove como está. Sobre o assunto sede, por
 268 questões de agendas e as sessões plenárias realizadas bem próximas, não houve tempo hábil para as
 269 reuniões. O próximo inscrito é o assessor da presidência **Luís Eduardo**, que convida a todos para o 2º
 270 Encontro Estadual de Arquitetos do Mato Grosso do Sul, que tem início na data de hoje, que tem o
 271 apoio das entidades de classe, IAB, SINDARQ-MS, ABAP e desta autarquia pública. O **conselheiro**
 272 **Ronaldo Ferreira**, quer um esclarecimento sobre um projeto de Lei que se encontra no Congresso
 273 Nacional, PL 4330, que trabalha com terceirização de serviços, e verificou na internet que colegas
 274 arquitetos estão indo contra este PL. E sua preocupação é saber se o CAU está se manifestando sobre
 275 isto e sugere que o presidente leve ao CAU/BR, o que em resposta o presidente irá verificar e trará na
 276 próxima sessão. A próxima inscrita é a conselheira **Giovana Sbaraini** que tem uma notícia, da comissão
 277 de ética, onde a coordenadora do projeto é a conselheira Ângela Lins, que se comprometeu a estudar o
 278 Código de Ética e Disciplina do CAU/BR e trabalhar com os conceitos do mesmo de foram a comunicar a
 279 sociedade e os profissionais através dos recursos de mídia do CAU/MS. E a conselheira **Ângela Lins** está
 280 disponível para receber as contribuições dos colegas. O **presidente Osvaldo** tem uma última orientação,
 281 pois pela primeira vez, teve a oportunidade de participar de todas as reuniões de comissões e sugere
 282 que todos possam criar e sugerir meios de comunicação com os profissionais, ações de comunicação
 283 partindo das comissões, lembrando que o vice-presidente, conselheiro **Eymard Araújo**, é o responsável
 284 por este assunto. **9. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar a o **presidente Osvaldo Abrão**
 285 encerra esta sessão às 18h15min.

Arquiteto e Urbanista Osvaldo Abrão de Souza
 Presidente do CAU/MS

Ghislaine Gonçalves
 Secretária *Ad Hoc*

286 **Conselheiros Estaduais Titulares:**

287 Ângela Cristina Lins

288 Carlos Lucas Mali.....

289 Dirceu de Oliveira Peters

290 Eymard Cezar Araújo Ferreira

291 Giovana Dario Sbaraini

292 José Marcos da Fonseca.....

293 Paulo César Amaral

294 Ronaldo Ferreira Ramos.....

295 **Conselheiros Estaduais Suplentes:**

296 Carla Franciscato Mata Nogueira

297 Manoel Inocêncio Mendes Carli.....

298 Teresinha Rigon.....

299 **Equipe Técnica:**

300 Procurador Jurídico Elias Pereira de Souza.....

301 Coordenador da Secretaria Geral Gill Abner Finotti.....